

Estava falando sobre assunto vencido. Pascheal do
Saripá solicitou para que fosse enviado ofício ao
senhor Nilo Flury, chefe do DNER, solicitando a
instalação de redutores de velocidade até as
proximidades da Agroquímica. Requerem para
que se oficiasse ao Promotor Paulo Prado para
benzindo-o pela iniciativa em ajudar um ga-
reto que sofria de elefantíase, e também ofi-
cio ao Diretor da Rádio Gaspar e TV Regional pa-
razendo-os pela realização da Copa Gaspar
Regional e também a Ricca e equipe campeã.
Salientou que a Democracia era bem vinda no
município. Mencionou que o senhor Mauri Rodrigues
de Lima merecia o respeito de todos. Disse que
o dinheiro era bem empregado pelo Poder Exe-
cutivo. Em seguida o senhor Presidente convidou as
pessoas que o criticavam a ajudá-lo. Salien-
tou que jogar pedras e denegir a imagem não
levava a lugar nenhum, pois as pedras serviriam
para construir o município. Citou como Presidem-
te da UVEMAT, que levava para o congresso
em Brasília uma carta que sintetizava o an-
seio do Estado Mato-Grossense, que era de am-
pliar mais suas prerrogativas e participar da
revisão constitucional. Agradeceu, após o senhor
Presidente a Proteção Divina, e encerrou a pes-
sa, sendo a presente ata lavada e se acui-
ta por irá assinada pelo Presidente e primei-
ro secretário.

Im K

mm:)

Cita da trigesima nona sessão Ordinária da
Câmara Municipal de Sinop - Estado de Mato Grosso.

Aos seis dias do mês de dezembro de hum mil e
vcentos e noventa e três, às vinte horas e trinta e três
minutos, reuniram-se os senhores Vereadores à sala
das sessões da Câmara Municipal de Sinop, para
realização da trigesima nona sessão do ano em
curso. Invocando a Proteção Divina deu início o se-
nhor Presidente aos trabalhos peticitando de imédia-
to a leitura da ata da sessão anterior. Em dis-
cussão, nada havendo, em votação foi aprovada.
Em seguida registrou o senhor Presidente a pre-
sença de Vereadores e também da Secretária do Po-
der Legislativo do município de Santa Carmem. Após
apresentar-se as correspondências recebidas e expedi-
das. A seguir, abriu-se espaço para breves comuni-
cações, não havendo desejo em manifestar-se por
parte dos senhores Vereadores, apresentou o senhor
Presidente as matérias em pauta. Em seguida
foi apresentado o Projeto de Lei trinta e dois, Sar-
ra noventa e três, autoria da Comissão Especial,
sendo após encaminhado a Comissão de Justiça e
Redação. A seguir foi lido o Projeto de Resolução
quatorze, Sarra, noventa e três, autoria da Mesa.
Informou o senhor Presidente sobre requerimento que
solicitava dispensa de interstício regimental para
aprovação em primeira e única votação, o mes-
mo era assinado por oito dos senhores Vereadores.
Em discussão, nada havendo, em primeira e úni-
ca votação foi aprovado. A seguir foi apresentado
o Projeto de Lei vinte e quatro, Sarra, noventa e
três, autoria do Executivo. Em discussão, repassou
a Presidência ao Vereador primeiro vice-Presidente
e usou da tribuna o Vereador Waldemar Bran-
dad que salientou que o Vereador Aluizio Pereira
de Barros lhe informara que estivera conversan-



do com os eleitores Dalton Martini e Jorge Abreu e os mesmos mencionaram que era muito dinheiro para a Câmara. Apontando Dalton Martini salientou que alguém estava mentindo. Mencionou que na sessão passada se manifestara favorável a inclusão de emenda Bitau que se tivesse ocorrido acerto entre o senhor Prefeito e eleitores da bancada de situação o mesmo permaneceria com seu raciocínio, digo, raciocínio porque era pouco o valor que seria repassado à Câmara. Apontando Aluizio Pereira de Barros afirmou que estivera conversando com o eleitor Dalton Martini e o mesmo dissera que o montante do Orçamento era muito grande e não tinha certeza se o município arrecadaria o estabelecido. Waldemar Brandão desfez o mal entendido salientou que não fizera acerto com o senhor Prefeito. Abstive-se de presidir a sessão enquanto estivesse em discussão e votação aquele projeto, porque entendia que o percentual destinado à Câmara era pouco e estavam procurando manter o Legislativo. Mencionou que fora solicitado pela maioria a retirada da emenda. Em discussão Paracheal da Cerâmica salientou que estivera ausente na sessão passada, mas caso estivesse seria favorável a emenda. Dalton Martini salientou que quando se falava em montante não se tratava de percentual. Mencionou que se existia um requerimento solicitando o arquivamento da emenda, com oito assinaturas restava somente o esponeio, e dizer também que houve acerto, porque senão o requerimento não teria vindo prejudicado. Sebastião de Matos salientou que todos os senhores eleitores reconheciam a falha

e saíam que a parcela que caberia a Basa talvez não fosse suficiente para que a mesma fosse administrada. Disse ainda que o projeto estivera na Basa por dois meses, e somente na primeira votação fora apresentada emenda. Salientou que atendendo a um pedido do senhor Prefeito peticitaram o arquivamento de emenda. Disse que a Câmara não ficaria sem recursos, pois os mesmos seriam buscados junto ao Executivo por todos os Vereadores. Aluizio Pereira de Barros salientou que o Orçamento da Câmara só poderia ser norteado pela receita corrente. Mencionou que os comentários estavam sendo feitos sobre o Orçamento Geral, onde existia valores que poderiam não ser alcançados. Disse que se existisse recursos e a Câmara necessitasse poderia suplementar. Jorge Abreu também mencionou que o Legislativo trabalhava sobre a receita corrente, e que oito por cento da mesma receita era suficiente para administrar a Basa. Salientou que votaria contrário a emenda caso a mesma fosse discutida. Salientou ainda que esperava que o Vereador Dalton Martini não dissesse mais que acentuara a corte entre o Legislativo e o Executivo. Waldemar Brandão salientou que fora manifestado desejo de todos os senhores Vereadores em ombrear com a Presidência, no sentido de viabilizar recursos, mesmo que não estivessem incluídos no Orçamento. Mencionou que era necessário harmonia entre os Vereadores. Agradeceu o Vereador Dalton Martini pelo apoio. Peticitou para que a emenda fosse retirada. Em segunda e última votação fora aprovada. Resumiu após o seu



lugara mesa o Senhor Presidente e solicitou a leitura do Projeto de Lei vinte e seis, barra, noventa e três autoria do Executivo. Em discussões bastantes de mator fez um rápido comentário sobre a reunião com representante da Colonizadora, salientando que o município de baixa renda seria beneficiado. Paschoal da Cerâmica salientou que com aquele loteamento estariam concretizando reivindicações dos Senhores Eleitores desde a Legislatura passada. Em terceira e última votação foi aprovado. Em seguida fora lido o Projeto de Lei vinte e sete, barra, noventa e três, autoria do Executivo e a emenda aditiva quarenta, barra, noventa e três autoria vereador Paschoal Cerâmica. Em votação a emenda foi aprovada. Após o Senhor Presidente informar que existia um requerimento assinado por oito vereadores, que solicitava dispensa de interstício. Em discussões o Projeto, nada havendo em segunda e última votação foi aprovado. A seguir apresentou-se o Parecer Total ao Projeto de Lei dezenove, barra, noventa e dois, autoria do Executivo, o parecer quarenta e um, barra, noventa e três, da Comissão de Justiça e Redação, sendo que o mesmo era assinado pelos Senhores Aluisio Pereira de Barros e Teresinha Tomelin, e o parecer em separado do Eleitor Jorge Abreu. Em discussões os pareceres, a pedido do Eleitor Jorge Abreu seu pronunciamento foi transcrito na íntegra e consta na presente Ata. Jorge Abreu muito pelo contrário Senhor Presidente, esse não tem como lutar contra a força, contra a maioria, mas é uma estratégia e quero

que coloque na íntegra na Ata, porque quando se fala em leis, desrespeito a leis, o judiciário teria que respeitar a lei e aí fica um documento nos anais da Casa para o vereador Dalton ameaçá-lo ao seu processo, que ele entra com recurso na segunda instância e talvez esse documento das minhas palavras, que vou falar agora sejam de suma importância para a defesa do vereador Dalton. Nós, nesse, digo, nesse mandato estamos passando por momentos constrangedores, primeiro que nós dificilmente conseguimos trabalhar sem estarmos sendo molestados pelo Ministério Público, se nos bastasse um documento deste Poder Legislativo do mandato passado, aprovado, sancionado tacitamente por decurso de prazo, ele fica sob juízo, e o judiciário diz que está certo o veto do Executivo Municipal, mas eu discordo porque nós temos uma lei e ao lê-la nós sabemos interpretá-la, nós precisa ser advogado para saber interpretar uma lei, eu não estou aqui no campo da jurisprudência do Tribunal, mas estou aqui no campo democrático, onde nós vamos ler a lei ouamente a todos pares porque se nós entrarmos em recesso em quinze de dezembro e voltamos em quinze de fevereiro, a administração desta Casa não fecha as portas deste Poder Legislativo portanto ele está funcionando e ao mesmo tempo dia trinta e um de dezembro saiu um Prefeito, dia primeiro assumiu outro, continua se trabalhando na administração pública do município, portanto a lei é fria, ela é crua, ela diz entre linhas e eu vou lê-las aos senhores. Motivos de ser contrário ao veto. Artigo trinta e

sete. O Projeto de Lei aprovado pela Câmara será no prazo de dez dias úteis enviado pelo Senhor Presidente ao Prefeito Municipal que concordando o sancionará no prazo de quinze dias úteis. Sinte e cinco dias úteis. Parágrafo Primeiro: Decorrido o prazo de quinze dias úteis, a não manifestação do Prefeito Municipal importará em sanção. Parágrafo segundo: Se o Prefeito Municipal considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto. Parágrafo terceiro: O veto parcial somente abrangirá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea. Parágrafo quarto: O veto será apreciado no prazo de quinze dias, contados do seu recebimento, com parecer ou sem ele, em uma única discussão e votação. Parágrafo quinto: O veto somente será rejeitado pela maioria absoluta dos Senadores, mediante votação simbólica. Parágrafo sexto: Esgotado sem deliberação o prazo previsto no parágrafo quarto, deste artigo, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, posterior das demais proposições até sua votação final, exceto medida provisória. Parágrafo sétimo: Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito Municipal, em quarenta e oito horas, para promulgação. Parágrafo oitavo: Se o Prefeito Municipal não promulgar a lei nos prazos previstos, e ainda no caso de sanção tácita, que é o caso desse projeto, sanção tácita, o Presidente.

da Câmara a promulgará, e, se este não
 for no prazo de quarenta e oito horas, cabrá
 ao Vice-Prefeito, aqui teria que ser vice-Presi-
 dente, um voto de grafia, obrigatoriamente faz-
 lo. Portanto Senhores Vereadores é claro temos
 quinze dias para encaminhar, dez dias para en-
 caminhar, quinze dias para escorar parecer o
 Senhor Prefeito, são vinte e cinco dias. Nós enca-
 minhamos este projeto dia quatorze de dezembro, fo-
 mos recebê-lo em vinte de março ou vinte e três
 de março não me ricordo a data, vitado isso é o
 cumulo do desrespeito a lei. Ai vem o juiz diz
 que isso aqui está correto, que o veto está cor-
 reto e eu não concordo, porque eu não estou no
 campo da jurisprudência, eu estou interpretando
 uma lei friamente e quero que consigne em
 ata essas minhas colocações que é um recurso, é
 um documento para o Vereador ter mais facilidade
 para o seu recurso vereador, porque realmente es-
 tá difícil em Sinop, juiz pega, talvez uma sin-
 ra por alguém ou por outro e faz isso, fica uma
 situação difícil aqui, treze Vereadores aprovaram
 uma lei, não é mais uma lei do vereador Dal-
 ton Martini, é uma lei do Legislativo de Sinop,
 ela é encaminhada, depois de três meses, três
 meses e pouco ela volta vetada, sem que tenha
 havido um parecer, sem que tenha havido a
 manifestação da mesa da Câmara, deveria ha-
 ver a manifestação, oficial ao executivo munici-
 pal para ai sim, ai então ele vetar ou não,
 não houve a oficialidade da mesa ao executivo,
 para que tomasse as medidas cabíveis, ao proje-
 to. É claro que eu quero aqui justificar que
 houve um erro, um erro humano, que foi um



artigo que não foi inserido no projeto que foi em-
mendado para o Executivo Municipal, mas es-
se artigo era de conhecimento do Executivo Muni-
cipal e do atual Prefeito e do atual assessor ju-
rídico, portanto não cabria vetar o projeto e sim
devolvê-lo ao Legislativo para correção do proje-
to, porque dos anais da Casa consta e do pro-
jeto aqui da Câmara arquivado consta a emen-
da, portanto ele tem legitimidade e que hou-
ve foi uma falha da administração e pesso-
ati receber essa falha, também como da mi-
nha responsabilidade porque eu era presidente
na época, mas era um final de mandato e nós
estávamos atribulados correndo atrás da posse
dos próximos eleitores então talvez tenha ha-
vido uma pequena falha, mas essa falha
foi humana e isso é corrigível, não cabe en-
tão ao Prefeito numa atitude pessoal, num
ato pessoal, num ato de, posso até dizer uma
perseguição política, ele vetar na íntegra o pro-
jeto, era um projeto da Câmara de Eleitores,
era um projeto do Poder Legislativo de Pinop e de-
veria ser respeitado, portanto eu peço aos nobres
paras que raciocinem melhor porque eu te-
nho certeza que esse projeto, se o vereador Dal-
ton recorreu a segunda instância, ele vai dar
trabalho, ele vai dar muito que falar nessa
tribuna, espero que haja consciência dos pa-
ras e seja favorável a minha rejeição ao veto pa-
ra que o Legislativo não passe mais uma vez
por uma situação difícil que nós estamos pas-
sando ultimamente. Nós neste mandato, infeliz-
mente, estamos passando por momentos difi-
cílissimos, porque temos contestados quase todas as

sessões, eu espero que este não seja um dos
 vos para nós serem contestados no futuro. Celso
 Pereira de Barros alegou que seu veto era favo-
 rável ao veto por existir um parecer da assessoria
 jurídica. Disse que o prazo só poderia ser
 contado a partir do novo período legislativo, pois
 em outros órgãos não se contava prazo duran-
 te o recurso. Pediu aos senhores vereadores para
 que votassem pela permanência do veto para que
 pudessem corrigir uma falha do Legislativo. Dal-
 ton Martini alegou que houve falha no enca-
 minhamento mas que a emenda era do conhe-
 cimento do Senhor Prefeito e o mesmo poderia ter
 devolvido o Projeto para correção. Mencionou que
 haviam corrigido falha do Executivo. Colocou-se
 contrário ao veto. Mencionou que com a aprova-
 ção do veto estariam favorecendo a formação de
 lotissements clandestinos. Em votação o parecer
 quarenta e um, contra, noventa e três foi aprova-
 do, manifestando-se contrários os vereadores
 Altair Cavaglieri, Dalton Martini, Sérgio Palmasola,
 Jorge Azeite e José Carlos Ramalho. Com a apro-
 vação do parecer favorável ao veto o parecer em
 separado do vereador Jorge Azeite foi aniquilado.
 Em discussão o veto, nada havendo, em vota-
 ção foi aprovado, sendo contrários os vereadores
 Altair Cavaglieri, Dalton Martini, Sérgio Palmasola,
 Jorge Azeite e José Carlos Ramalho. Em seguida,
 apresentou-se a moção de aplauso de dez, contra,
 noventa e três autoria do vereador Altair Cavaglieri
 que a justificou. Solicitou, após, o Senhor Presidente
 para que a moção fosse enviada em nome do
 Legislativo. Em discussão nada havendo, em vo-
 tação foi aprovada. Após foi feita a leitura



da moças de Capelo onze, barra, noventa e três, autoria do Vereador Teresinha Tomelin que a justificou. Em discussão Aluzio Pereira de Barros mencionou que além do envio da moça, deveriam entrar em contato com o superintendente do SESI. Sérgio Palmasda solicitou para que fosse enviado ofício ao senhor Ari Wojcik, Presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso, no mesmo sentido da moça. Teresinha Tomelin mencionou que poderiam enviar cópia da moça, juntamente com o ofício. Em votação foi aprovada. Fora retirado de pauta o requerimento noventa e dois, barra, noventa e três autoria do Vereador Sérgio Palmasda, a indicação cento e setenta e sete, barra, noventa e três, autoria do Vereador Altair Baraquiri, a indicação cento e oitenta e dois, barra, noventa e três autoria do Vereador José Carlos Ramalho, e a indicação cento e oitenta e três, barra, noventa e três, autoria do Vereador Sérgio Palmasda. Em seguida apresentou-se a indicação cento e setenta e oito, barra, noventa e três, autoria do Vereador Paschoal da Berâmiça que a justificou. Em discussão Jorge Abreu mencionou por de palutar importância a indicação. Comentou sobre as péssimas condições em que se encontrava o setor Industrial. Em votação foi aprovada. A seguir leu-se as indicações cento e setenta e nove, barra, noventa e três, cento e oitenta, barra, noventa e três, e cento e oitenta e um, barra, noventa e três, autoria do Vereador José Carlos Ramalho que as justificou. Em discussão nada havendo em votação foram aprovadas. Em seguida foi feita a apresentação da indicação cento e setenta e oito, barra, no-



venta e três, autoria do Sr.ador Pascheal de
que a justificou. Em discussão Pascheal da Berreira
da mencionou ser importante a indicação. bitou
da má qualidade da merenda escolar enviada
pelo Estado. Em votação foi aprovada. Cto Ben-
tinho foi concedido 'espaço aos Senhores Crea-
dors inscrites para usarem do Grande Expedi-
ente inicialmente José Carlos Ramalho informou
que a partir do próximo ano o Banco Banerindus
e também o Bradisco teriam posto de atendi-
mento vinte e quatro horas por dia. Comentou
sobre as novas linhas aéreas efecidas pela Taba
para várias cidades Brasileiras. Solicitou para que
fosse enviado ofício ao Escritório local e ao su-
perintendente da Taba, para serem enviados. Sebastião
de Matos mencionou que suas indicações, na medida
do possível sempre haviam sido atendidas pelo De-
putado Jorge Yamai. Pediu aos Senhores Creadors
que não haviam sido atendidos pelo Deputado
para que o comunicassem. Disse que não pode-
riam se omitir em atender os municipais, mas
não poderiam aceitar críticas de alguns cida-
dãos sem que tivessem um conhecimento mais
profundo. Comentou sobre o trabalho realizado na
sexta-feira próxima passada pela Polícia Civil,
que no seu entender era ilegal. Mencionou que
entrara em contato com o delegado doutor Ani-
raldo Borops e fora mal tratado pelo mesmo.
Solicitou que a fiscalização de trânsito deveria
ser feita pela Polícia Militar, cabendo a Polícia
Civil prender ladrões, traficantes e fazer a vigi-
lância nos Bairros. Solicitou para que fosse enviado
ofício ao Senhor Prefeito e ao secretário de Obras para
que fosse tomada providências quanto a melho-



rias na estrada que ligava Sinop ao município de Cláudia. Aluizio Pereira de Barros parabenizou os Senhores Vereadores pelo trabalho desenvolvido na base. Parabenizou o vereador Altair Cavaglionni por patrocinar a Miss Sinop e ao Pequeno Clube e Secretaria de Educação por organizarem o concurso. Após o Senhor Presidente requereu para que fosse enviado ofício a Secretaria de Educação, por organizarem, digo, solicitando para que quando da realização de um evento enviasse convite aos Senhores Vereadores. Dalton Martini solicitou para que fosse enviado ofício ao Secretário de Obras e também ao Secretário de Saúde no sentido de que fosse providenciada a retirada de lixo na Estrada Glória. Mencionou que Sinop estava de parabéns pela realização do Miss Sinop. Baiano Filho solicitou para que fosse enviado ofício ao Secretário de Obras solicitando a abertura da segunda via da Avenida dos Trovões, no trecho correspondente a Avenida das Paudales até Avenida dos Linheiros. Requereu para que se oficiasse ao Senhor Prefeito solicitando providências quanto ao Projeto de Lei hum, barra noventa e três. Lidin para que fosse enviado ofício parabenizando o Presidente do Pequeno Clube e também a Senhora Cassiane Regina Perugini - Miss Sinop noventa e três. Mencionou que o concurso Miss Mato Grosso noventa e quatro seria realizado em Sinop. Salientou que as áreas rurais também deveriam receber benfitorias por parte do Executivo. Registrou seu descontentamento com algumas atitudes tomadas por alguns dos funcionários. Compartilhando Sérgio Palmada solicitou para que quando se falasse em judiciário não se ge-

neralizasse. Baiano Filho disse que esperava que a
 a perseguição não voltasse a acontecer. Salientou
 ao Doutor Elpidio Moretti que sempre que fosse
 necessário estaria levantando críticas. Pascheal da
 Cerâmica mencionou que estivera visitando a Ex-
 presso Maringá e informou sobre as reais condições
 da empresa que estava sendo prejudicada por
 empresas piratas. Solicitou do Executivo providências
 quanto a empresas que atuavam no setor de
 transporte que não pagavam impostos. Comentou
 sobre os critérios adotados quando da realização do
 plebiscito no Bairro União. Aparentando Jorge Abreu
 esclareceu que a comissão realizara o trabalho
 durante os finais de semana e a pesquisa estabe-
 lecera a vontade do Bairro. Pascheal da Cerâmica
 mencionou que era louvável o trabalho da comis-
 são, disse que a sociedade total do Bairro não
 teve a oportunidade de dar seu voto, Jorge Abreu
 mencionou que o Estado fora desenvolvido pelas
 pessoas que aqui chegaram e hoje ocupava lu-
 gar de destaque dentro do país, mas ainda não
 possuía opção de hortifrutigranjeiros, pois não exis-
 tia incentivo aos pequenos e médios produtores
 rurais. Salientou que não existia uma política do
 Estado para evitar o êxodo rural. Comentou so-
 bre a cobrança de imposto sobre os hortifrutigran-
 jeiros com base em uma avaliação alíquotada. A-
 partando Pascheal do Sarcis comentou sobre a Por-
 taria sessenta e cinco, barra, noventa e dois
 que tributava alguns produtos no Estado de
 Mato Grosso; citou também que o parágrafo ter-
 ceiro daquela portaria fora mudado recolhendo
 o imposto na fonte, mas os fiscais não haviam
 usado os valores das notas e sim preços de va-



rijo, salientou que no seu entender aquilo era
nulo. Apontando Pascheal da Cerâmica pali-
entou que a fiscalização estava a susando na
cobrança de impostos sobre alguns produtos. For-
ge Abreu solicitou ao senhor Presidente, por ser
Presidente da UVEMAT, para que intercedesse jun-
to a Assembleia Legislativa para que a mesma
elaborasse uma Lei para o ICMS do frete, e
também verificasse a questão dos hortifrutigranji-
nos e a taxa de quarenta por cento estabele-
cida para o trigo. Apontando Dalton Martini pa-
lientou que até acharia correto se os grandes pro-
dutores estivessem pagando. Mencionou que se
prejudicava os pequenos para beneficiar os gran-
des produtores. Disse que de vários produtos se co-
bravam taxas absurdas. Forge Abreu comentou que
o Executivo se manifestara contrário a redemarcação
do Bairro União. Solicitou para que fosse enviado di-
rio ao Frequinho Olube e também a Secretaria de
Educação pela realização do concurso Miss Pinop.
Pequerem para que fosse inserido no calendário
de noventa e quatro a realização de duas sessões
por semana. Após o senhor Presidente disse que era
precedente o pedido do creador Forge Abreu. Solicitou
aos senhores creadores para que não apresentassem
mais matérias pois tinham os projetos do Executi-
vo para analisar. Salientou que na próxima ses-
são um representante do Grupo Paz e Amor dos
Alcoólicos Anônimos usaria a tribuna livre. Men-
cionou que havia ganho a liminar para não
depor no processo que o senhor Pascheal da Demaco
moveira contra sua pessoa. Agradceu, após, a Pro-
teção Divina e encerrou a sessão, sendo a
presente Ata lavrada e se for achada con-



forma irá assinada pelo Presidente e Primeiro
Secretário.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Ata da quadragésima sessão Ordinária da Câmara Municipal de Sinop - Estado de Mato Grosso.

No décimo terceiro dia do mês de dezembro de hum mil novecentos e noventa e três, às vinte horas e quarenta minutos, reuniram-se os Senhores Vereadores, a sala das sessões da Câmara Municipal de Sinop, para realização da quadragésima sessão ordinária do ano ^{em} curso. Invocando a Proteção Divina, deu início o Senhor Presidente aos trabalhos, solicitando de imediato a leitura da Ata da sessão anterior. Em discussão, nada havendo, em votação, foi aprovada. Em seguida solicitou o Senhor Presidente ao Senhor Primeiro Secretário para que procedesse com a leitura das correspondências recebidas e expedidas. Após o Senhor Presidente fez a leitura de um ofício enviado pelo Aeroclube de Sinop. Em seguida foi concedido espaço aos Senhores Vereadores para breves comunicações, inicialmente Sr. João Palmasola solicitou para que fosse enviado ofício a secretaria de Ação Social, ao Rotary Clube, Lions Clube, Leo Clube, Interact, Expresso Maringá e Transing parabenizando-os pela realização do Natal da Criança Carente. A seguir apresentou o Senhor Presidente as matérias para ordem do dia. Em seguida foram apresentados e encaminhados a Comissão de Justiça e Redação os Projetos de Lei, trinta e uma, sessenta e três e trinta e um, sessenta e três, autoria do executivo. Após feita a leitura do pro-